

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Em obediência às disposições legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Relatório, Balanço e Contas de Resultados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

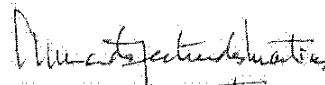
No decorrer do exercício de 2007 a sociedade centrou a sua actividade na gestão dos Fundos CAPITAL REAL I e MULTIUSOS ORIENTE e no estudo de oportunidades para o lançamento de novas iniciativas.

O Resultado Líquido do exercício foi de 65.698 € (sessenta e cinco mil, seiscentos e noventa e oito euros), o qual propomos seja levado à conta de Resultados Transitados.

Relativamente às contas com o Estado, nomeadamente com a Segurança Social e Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (I.R.S.) é de referir que se encontram em dia.

Para além do supra mencionado, não ocorreram factos relevantes posteriores a 31 de Dezembro de 2007, que justifiquem qualquer ajustamento ou divulgação adicional nas demonstrações financeiras relativas ao exercício então findo.

Lisboa, 28 de Março de 2008



O Conselho de Administração

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	ACTIVO	Notas	Valores antes de provisões, imparidade e amortizações (1)	Provisões, imparidade e amortizações (2)	Valor líquido (3)= (1)-(2)	2006
10+3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	457,00	-	457,00	299,97
11+3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	8	26.724,85	-	26.724,85	20.470,96
152+1548+158+16+191-3713	Activos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
152+1548+158+16+191-3713	Outros activos financeiros ao justo valor através dos resultados		-	-	-	-
153+1548+158+18+192+34888-35221-3531-53888-3713	Activos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-
13+150+158+159+198-3303+3310+34018+3408-350-3520-14+151+1540+158+190+3304+3305+3310+34008+340108+34880-3518-35211-35221-3531-370-3711-3712-5210-53018-156+158+159+22+3307+3310+3402-355-3524-3713-5210-53028-5303	Aplicações em instituições de crédito	9	350.000,00	-	350.000,00	350.000,00
155+158+159+20+3306+3310+3408-354-3523-3713-5210-5308	Crédito a clientes		-	-	-	-
21	Investimentos detidos até a maturidade		-	-	-	-
25-3580-3713	Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
26-3581-360	Derivados de cobertura		-	-	-	-
27-3581-360	Activos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
29-3582-3583-361	Propriedades de investimento		-	-	-	-
24-357-3713	Outros activos tangíveis		-	-	-	-
300	Activos intangíveis	10	52.044,82	(28.740,09)	23.304,73	51085,67
301	Investimentos em Filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-	-	-
12+157+158+159+198+31+32+3302+3308+3310+338+3408+348+3584+3525+371+50-5210-5304-5308+54	Activos por impostos correntes	12	13.122,98	-	13.122,98	10.572,06
	Activos por impostos diferidos	12	54.444,76	-	54.444,76	-
	Outros activos		14.482,48	-	14.482,48	11430,00
	TOTAL DO ACTIVO		511.276,89	(28.740,09)	482.536,80	443.858,66
Rubricas	PASSIVO	Notas	Valores antes de provisões, imparidade e amortizações (1)	Provisões, imparidade e amortizações (2)	Valor líquido (3)= (1)-(2)	2006
38+3311-3410+5200+5211+5318	Recursos de bancos centrais		-	-	-	-
43	Passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
43	Outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados		-	-	-	-
39+3311-3411+5201+5211+5318	Recursos de outras instituições de crédito		-	-	-	-
1-3311-3412-3413+5202+5203+5211+5310+5311	Recursos de clientes e outros empréstimos		-	-	-	-
42-3311-3414+5204+5211+5312	Responsabilidades representadas por títulos		-	-	-	-
46-3311-3415+5205+5211+5313	Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-	-	-
44	Derivados de cobertura		-	-	-	-
45	Passivo não correntes detidos para venda		-	-	-	-
47	Provisões		-	-	-	-
490	Passivos por impostos correntes		-	-	-	-
491	Passivos por impostos diferidos		-	-	-	-
48+/-489-3311-3416+5206+5211+5314	Instrumentos representativos de capital		-	-	-	-
80+488+/-489-3311-3416+5206+5211+5314	Outros passivos subordinados		-	-	-	-
51-3311-3417-3418+50+5207+5208+5211+528+538+5318+54	Outros passivos	13	40.352,97	-	40.352,97	67.372,86
	TOTAL DO PASSIVO		40.352,97	-	40.352,97	67.372,86
Rubricas	CAPITAL	Notas	Valores antes de provisões, imparidade e amortizações (1)	Provisões, imparidade e amortizações (2)	Valor líquido (3)= (1)-(2)	2006
55	Capital	14	750.000,00	-	750.000,00	750.000,00
602	Prémios de emissão		-	-	-	-
57	Outros instrumentos de capital		125.000,00	-	125.000,00	125.000,00
-56	Ações próprias		-	-	-	-
58+59	Reservas de reavaliação		-	-	-	-
60-602+61	Outras reservas e resultados transitados	15	(498.514,20)	-	(498.514,20)	(445.077,23)
	Resultado do exercício		65.698,03	-	65.698,03	(53.436,97)
-63	Dividendos antecipados		-	-	-	-
	TOTAL DO CAPITAL		442.183,83	-	442.183,83	376.485,80
	TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL		482.536,80	-	482.536,80	443.858,66

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vera Lucia G. de Jesus

Maurício Fortes de Jesus

FIBEIRA FUNDOS - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, SA
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)

Rubricas		Notas	2007	2006
79+80+8120	Juros e rendimentos similares		9.280,03	5.620,77
66+67+6820	Juros e encargos similares		(612,05)	(6,83)
	Margem Financeira	2	8.667,98	5.613,94
82	Rendimentos de instrumentos de capital		-	-
81+8120	Rendimentos de serviços e comissões	3	149.234,49	49.506,73
68-6820	Encargos com serviços e comissões		(51,88)	(120,90)
-692-693-695-696-698-69900-6910+832+833+835+836+838+83900+83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através dos resultados		-	-
-694+834	Resultados de activos financeiros para venda		-	-
-69+830	Resultados de reavaliação cambial		-	-
-691-697-699-725-726+831+837+839+843+844	Resultados de alienação de outros activos		-	-
-695-696-69901+75-720-721+722-723-725-726-728+835+836+83901+83911+840+843+844+848	Outros resultados de exploração	4	(13.604,05)	8.189,25
	Produto bancário		144.246,54	63.189,02
70	Custos com pessoal	5	(101.634,86)	(94.024,43)
71	Gastos gerais administrativos	6	(17.746,99)	(20.753,46)
77	Amortizações do exercício	10	(13.229,09)	(1848,10)
781+783+784+785+786+788-881-883-884-885-886+888	Provisões líquidas de reposições e anulações		-	-
78000+78001+78010+78011+7820+7821+7822-88000-88001-88010-88011-8820-8821-8822	Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		-	-
760+7620+7618+7621+7622+7623+7624+7625+7630+7641+765+766+78002+78012+7823+7828-870-8720-8718-8721+8722+8723-8724-8726-8730-8741+875-876-88002-88012-8823-8828	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		-	-
768+769+78002+78012+7828-877-878-88002-88012-8828	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		-	-
	Resultados antes de impostos		11.635,60	(53.436,97)
	Impostos			
65	Correntes	12	(382,33)	-
75-86	Diferidos	12	54.444,76	-
	Resultados após impostos		65.698,03	(53.436,97)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Verónica C. F. Zafra

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marta F. F. F. F. F.

FIBEIRA FUNDOS - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, SA

DEMONSTRAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS
DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

	Capital	Prestações suplementares	Prêmios de emissão	Reservas	Resultados retidos	Total
Saldos em 1 de Janeiro de 2006	523.950,00	-	-	230.168,35	(524.195,58)	229.922,77
Aumentos de capital	226.050,00	125.000,00	-	(151.050,00)	-	200.000,00
Reservas de reavaliação	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	(53.436,97)	(53.436,97)
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	750.000,00	125.000,00	-	79.118,35	(577.632,55)	376.485,80
Reservas de reavaliação	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	65.698,03	65.698,03
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	750.000,00	125.000,00	-	79.118,35	(511.934,52)	442.183,83

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Verônica Colli de Brito

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vicente Faria

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO DE 12 MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

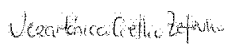
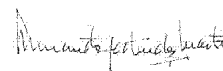
(Montantes expressos em Euros)

	2007	2006
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Recebimento de Juros e Proveitos Equiparados	11.992,53	3.576,27
Recebimento Comissão de Gestão	91.651,93	38.487,12
Pagamentos a Credores	(36.718,25)	(22.690,74)
Pagamentos de IRS	(13.853,71)	(11.457,88)
Pagamentos de Contribuições para a Segurança Social	(25.876,39)	(20.876,77)
Pagamentos de Remunerações	(57.041,48)	(83.499,62)
Pagamentos / recebimentos do Imposto Sobre o Rendimento	(3.023,49)	(2.590,24)
Outros pagamentos / recebimentos relativos à actividade operacional	39.279,78	211.760,77
Fluxo das actividades operacionais (1)	6.410,92	112.708,91
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Reembolso de Aplicações Financeiras	925.000,00	200.000,00
Pagamentos respeitantes a:		
Subscrição de Aplicações Financeiras	(925.000,00)	(350.000,00)
Fluxo das actividades de Investimento (2)	-	(150.000,00)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Aumentos de Capital	-	200.000,00
Pagamentos respeitantes a:	-	-
Fluxo das actividades de Financiamento (3)	-	200.000,00
Variações de Caixa e seus equivalentes 4=1+2+3	6.410,92	162.708,91
Caixa e seus equivalentes no início do período	370.770,93	208.062,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período	377.181,85	370.770,93

(Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

A Fibeira Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A, é uma sociedade anónima com sede em Lisboa, foi constituída por escritura pública outorgada, em 30 de Julho de 1987. e tem como actividade exclusiva a administração, gestão e representação de um ou mais fundos de investimento imobiliário.

A Sociedade actualmente gere dois Fundos de Investimento Imobiliário, o Capital Real I, constituído em 16 de Junho de 2006, e o Multiusos Oriente constituído em 27 de Dezembro de 2006, cujo banco depositário é a Caixa Económica do Montepio Geral.

Bases de Apresentação

De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, as sociedades cujos valores mobiliários estiverem admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado membro, devem elaborar as suas contas consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade, com início em 1 de Janeiro de 2005.

O referido regulamento estabelece ainda que, as sociedades cujos valores mobiliários não estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado, os Estados membros podem permitir ou exigir que as contas individuais das sociedades e as suas contas consolidadas sejam elaboradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade.

O Banco de Portugal, no uso da sua competência, determinou, através do Aviso n.º 1/2005, a regulamentação e aplicação das referidas normas e estabeleceu o modelo de reporte para as entidades sujeitas à sua supervisão. Na carta-circular n.º 102/2004/DSB, de 23 de Dezembro de 2004, o Banco de Portugal determina a adopção do modelo contabilístico para as instituições sujeitas à sua supervisão e que não se encontrem abrangidas pelo artigo 4º do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu.

A instrução 9/2005, que altera a instrução 23/2004, vem definir a elaboração da informação relativa à situação analítica individual elaborada em conformidade com as NCA.

Em conformidade, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos, segundo a regulamentação emitida pelo Banco de Portugal, no uso da sua competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro e pelo artigo 13º do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro.

NOTA 1 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Normas de Contabilidade Ajustadas reflectem os princípios de reconhecimento contabilístico e de avaliação das IAS/IFRS, com excepção de algumas matérias, as quais o Banco de Portugal continua a regulamentar os procedimentos de contabilização e avaliação. São elas:

- Valorimetria dos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber);
- Valorização (e cálculo da imparidade) dos restantes activos financeiros;
- Valorização dos activos tangíveis.

Para estas matérias não são aplicáveis as normas internacionais de contabilidade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euros)

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio de especialização do exercício, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao justo valor.

1.1. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

1.2. BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os benefícios de empregados de curto prazo são benefícios de empregados (que não sejam benefícios de cessação do contrato de trabalho ou benefícios de compensação em instrumentos de capital próprio), que se realizem num prazo de 12 meses após o termo do período em que os serviços do empregado são prestados.

O montante não descontado dos benefícios de curto prazo dos empregados que se esperam pagar é reconhecido como um gasto. São constituídos acréscimos de custos para fazer face aos encargos correspondentes a férias e subsídio de férias vencidos, a pagar no exercício seguinte. Os correspondentes montantes são registados no passivo, na rubrica "Outros passivos" (Nota 13).

1.3. RECONHECIMENTO DE RENDIMENTO DE COMISSÕES

Comissão de Gestão

Conforme previsto nos respectivos Regulamentos de Gestão dos Fundo de Investimento Imobiliário Capital Real I e do Fundo de Investimento Imobiliário Multiusos Oriente é calculada mensalmente uma comissão de gestão sobre o valor do património líquido de cada Fundo e constante de documento emitido no primeiro dia útil posterior ao termo do período a que respeita com liquidação financeira nos trinta dias subsequentes. A comissão de gestão terá um mínimo mensal de 5.000 €.

Relativamente ao Fundo de Investimento Imobiliário Capital Real I, a comissão de gestão corresponde a uma taxa anual de 1,8%, calculada diariamente sobre o valor do património líquido do Fundo e constante de documento emitido no primeiro dia útil posterior ao termo do período a que respeita com liquidação financeira nos trinta dias subsequentes.

No que concerne ao Fundo de Investimento Imobiliário Multiusos Oriente, comissão de gestão diz respeito a uma taxa anual de 0,5%, calculada diariamente sobre o valor do património líquido do Fundo e constante de documento emitido no primeiro dia útil posterior ao termo do período a que respeita com liquidação financeira nos trinta dias subsequentes.

Os rendimentos de comissões obtidos à medida que os serviços são prestados, são reconhecidos em resultados no período a que se referem.

1.4. IMPOSTO SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre os lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euros)

venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos que não afectam quer o lucro contabilístico quer o fiscal. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e à correspondente derrama. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Sociedade estão, na generalidade dos casos, sujeitas a correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam (cinco anos para a Segurança Social).

As declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2004 a 2007 encontram-se ainda pendentes de revisão pelas autoridades fiscais. A Administração da Sociedade entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações fiscais de impostos não deverão ter um efeito significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2007.

1.5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

1.6. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS CRÍTICAS E ASPECTOS JULGAMENTAIS MAIS RELEVANTES NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os impostos sobre os lucros são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. Os activos por impostos diferidos só são reconhecidos até ao montante em que se afigure provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base no julgamento da Administração acerca da evolução futura do negócio e da possibilidade de utilização de medidas de planeamento fiscal disponíveis e identificadas. Em 31 de Dezembro de 2007 a Sociedade reconheceu impostos diferidos activos no valor de 54.444,76 euros correspondentes aos prejuízos fiscais reportáveis no montante de 217.779,03 euros (ver Nota 12).

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 2 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2007	31-12-2006
Juros e proveitos similares		
Juros de aplicações em inst. de crédito	9.280,03	5.620,77
	<u>9.280,03</u>	<u>5.620,77</u>
Juros e custos similares		
Outros juros e encargos similares	612,05	6,83
	<u>612,05</u>	<u>6,83</u>
TOTAL	8.667,98	5.613,94

NOTA 3 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Pelo exercício da actividade de gestão e representação do Fundo de Investimento Imobiliário Capital Real I e do Fundo de Investimento Imobiliário Multiusos Oriente, a sociedade cobra mensalmente uma comissão de Gestão, correspondendo à maioria dos proveitos realizados da sociedade.

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2007	31-12-2006
Rendimentos de serviços e comissões		
Comissão de Gestão	149.234,49	49.506,73
	<u>149.234,49</u>	<u>49.506,73</u>
Encargos com serviços e comissões		
Outras comissões pagas	24,38	120,90
	<u>24,38</u>	<u>120,90</u>
TOTAL	149.210,11	49.385,83

NOTA 4 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2007	31-12-2006
Outros proveitos operacionais		
Outros ganhos e rendimentos operacionais	244,84	8.237,14
	<u>244,84</u>	<u>8.237,14</u>
Outros custos operacionais		
Outros custos operacionais	13.848,89	47,89
	<u>13.848,89</u>	<u>47,89</u>
TOTAL	-13.604,05	8.189,25

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 5 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	31-12-2007	31-12-2006
Remunerações		
Empregados	63.840,00	58.852,44
Encargos sociais obrigatórios	17.807,54	17.250,60
Outros Encargos sociais obrigatórios	614,45	492,18
Outros custos com pessoal	19.372,87	17.429,21
TOTAL	101.634,86	94.024,43

A rubrica “Outros encargos sociais obrigatórios” inclui os encargos incorridos com o seguro de acidentes de trabalho e a medicina no trabalho. A rubrica de “Outros custos com pessoal” inclui os encargos com o seguro de saúde dos empregados.

Durante o ano de 2007 o número médio de empregados ao serviço da sociedade foi de 3, o mesmo que no ano anterior.

NOTA 6 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2007	31-12-2006
Material de consumo corrente	249,44	621,12
Publicidade e publicações	181,62	4.412,02
Outros Fornecimentos de Terceiros	-	17,37
Deslocações e Estadas	1,30	-
Conservação e reparação	-	84,70
Transportes	123,35	369,20
Avenças e honorários	-	22,88
Judiciais, contencioso e notariado	696,06	3.200,42
Informática	713,90	-
Outros serviços especializados		
Contabilidade	14.571,28	8.621,25
Auditoria e revisão oficial de contas	1.210,04	3.383,86
Outros serviços de terceiros		
Serviços Bancários	27,50	20,64
TOTAL	17.774,49	20.753,46

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 7 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 é analisada como se segue:

	31-12-2007	31-12-2006
Caixa	457,00	299,97
TOTAL	457,00	299,97

NOTA 8 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 é analisada como se segue:

	31-12-2007	31-12-2006
Depósitos à Ordem	26.724,85	20.470,96
TOTAL	26.724,85	20.470,96

NOTA 9 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica no final do exercício de 2007 é analisada como se segue:

	31-12-2007	31-12-2006
Aplicações em inst. de crédito no país		
Depósitos a prazo	350.000,00	350.000,00
TOTAL	350.000,00	350.000,00

As aplicações sobre instituições de crédito dizem respeito a depósitos a prazo a taxas correntes de mercado.

NOTA 10 – OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica no final do exercício de 2007 é analisada como se segue:

	31-12-2007	31-12-2006
Sistemas de tratam. autom-Software	52.044,82	54.971,67
	52.044,82	54.971,67
Depreciação acumulada	28.740,09	3.886,00
Valor Líquido	23.304,73	51.085,67

(Montantes expressos em Euros)

O movimento desta rubrica foi o seguinte:

	Outros Activos Intangíveis
Saldo líquido a 01-01-2006	20.776,67
Adições	34.195,00
Abates/vendas	
Amortizações do período	3.886,00
Transferências	
Saldo líquido a 31-12-2006	51.085,67
Adições	
Abates/vendas	2.926,85
Amortizações do período	24.854,02
Transferências	
Saldo líquido a 31-12-2007	23.304,80

NOTA 11 – OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica “Outros activos” no final de 2007 é analisada como se segue:

	31-12-2007	31-12-2006
Devedores e Outras Aplicações		
Outros devedores diversos	71,00	169,44
Outros rendimentos a receber		
Comissão de Gestão	13.540,52	10.963,96
Outras despesas com encargo diferido		
Seguros	317,87	296,60
TOTAL	13.929,39	11.430,00

NOTA 12 – IMPOSTOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Sociedade estão, na generalidade dos casos, sujeitas a correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam (cinco anos para a Segurança Social).

As declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2004 a 2007 encontram-se ainda pendentes de revisão pelas autoridades fiscais. A Administração da Sociedade entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações fiscais de impostos não deverão ter um efeito significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2007.

A sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 25% e que, em 2007 está sujeita ainda a 1,5% do lucro tributável pela aplicação da Derrama (imposto municipal), resultando uma taxa agregada de 26,5%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euros)

Nos termos do artigo 81º do Código do IRC, algumas das operações da Sociedade encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma.

Principais componentes de gasto(rendimento) de imposto sobre o rendimento:

	31-12-2007	31-12-2006
Gastos por impostos correntes	382,33	-
Reconhecimento de imposto diferido activo relacionado com prejuizos fiscais de exercícios anteriores	-54.444,76	-
Gasto (rendimento) de imposto	-54.062,43	-

Reconciliação entre o gasto de imposto sobre o rendimento e o produto do resultado contabilístico multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis).

	31-12-2007	31-12-2006
Resultados antes de impostos	11.635,60	-53.436,97
Imposto a 26,5%	3.083,43	-14.160,80
Efeito fiscal de custos não dedutíveis	3.669,72	-
Activo por imposto diferido não reconhecido (prejuizos fiscais)	-	14.160,80
Utilização de prejuizos fiscais não reconhecidos anteriormente como imposto diferido activo	-6.370,90	-
Reconhecimento de imposto diferido activo não reconhecido em exercícios anteriores	-54.444,76	-
Gasto (rendimento) de imposto	-54.062,51	-

A carga fiscal corrente da sociedade pode ser analisados como se segue:

	31-12-2007	31-12-2006
Imposto corrente	382,33	-
Carga fiscal paga		
Imposto retido	2.398,49	715,24
Pagamentos Esp por conta	11.106,82	9.856,82
Imposto corrente a recuperar	13.122,98	10.572,06

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 13 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica “Outros passivos” a 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 é analisada como se segue:

	31-12-2007	31-12-2006
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	2.866,43	2.939,98
Credores diversos		
Outros credores	22.176,55	51.338,68
Encargos a pagar		
Outros custos a pagar		
Gastos com pessoal	13.253,62	12.993,76
Outros encargos a pagar	1.503,28	100,44
TOTAL	39.799,88	67.372,86

A rubrica de “Gastos com pessoal” contém encargos com remunerações a pagar aos empregados, nomeadamente, férias e subsídio de férias.

Na rubrica de “Outros encargos a pagar” estão reflectidos encargos com serviços de contabilidade.

NOTA 14 – CAPITAL SUBSCRITO E REALIZADO

O capital subscrito e totalmente realizado está representado por 150.000 acções de valor nominal de cinco euros cada, distribuídos da seguinte forma:

	%	N.º Acções	Valor
Fibeira SGPS, SA			
31-12-2007	99,87%	149.805	749.025,00
Outros			
31-12-2007	0,13%	195	975,00
	100,00%	150.000	750.000,00

NOTA 15 – RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS**Reserva Legal**

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumuladas ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário, art. 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital.

Reservas de Justo Valor

As reservas de justo valor representam as mais ou menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício. O valor desta reserva é

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euros)

apresentado líquido de imposto diferido, quando aplicável. Não existem a 31 de Dezembro quaisquer reservas desta natureza, dado não existirem activos financeiros disponíveis para venda.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

Out. Reservas e Res. Trans.			
	Reserva Legal	Reservas livres e result. transitados	Total
Saldo em 31-12-2005	20.922,63	-265.716,36	-244.793,73
Utilização de reservas		-151.050,00	-151.050,00
Resultado do exercício (2005)		-49.233,50	-49.233,50
Saldo em 31-12-2006	20.922,63	-465.999,86	-445.077,23
Resultado do exercício (2006)		-53.436,97	-53.436,97
Saldo em 31-12-2007	20.922,63	-519.436,83	-498.514,20

NOTA 16 – ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS

A Sociedade tem autorização para administrar em nome próprio mas por conta de outrem o Fundo de Investimento Imobiliário Capital Real I e o Fundo de Investimento Imobiliário Multiusos Oriente.

O Fundo de Investimento Imobiliário Capital Real I iniciou a sua actividade em 16 de Junho de 2006 e o Fundo de Investimento Imobiliário Multiusos Oriente em 27 de Dezembro de 2006.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 os principais dados financeiros relativos ao Fundos geridos pela Sociedade podem ser resumidos da seguinte forma:

	31-12-2007	31-12-2006
Fundo Investimento Imobiliário Capital Real I		
Total do activo	51.353.283,76	13.646.787,19
Total do capital do Fundo	5.691.832,91	4.944.570,65
Valor das unidades de participação	5,69	4,94
Unidades de participação em circulação	1.000.000,00	1.000.000,00
Fundo Investimento Imobiliário Multiusos Oriente		
Total do activo	35.564.394,34	35.412.537,80
Total do capital do Fundo	9.944.086,17	9.998.882,00
Valor das unidades de participação	4,97	5,00
Unidades de participação em circulação	2.000.000,00	2.000.000,00

NOTA 17 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Todos os proveitos, realizados durante o ano de 2007 e o ano de 2006, tiveram origem no mercado nacional e resultaram de um único segmento de negócio – Gestão de Activos, nomeadamente a gestão de dois fundos de investimento imobiliário.

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 18 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

As demonstrações financeiras da Fibeira Fundos, SA são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Fibeira SGPS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A, instituição com sede na Praça Duque de Saldanha, N.º 1 – 11.º, em Lisboa, cujas demonstrações financeiras podem ser obtidas na Conservatória do Registo Comercial.

O Técnico Oficial de Contas

Verónica Coelho Lepino

**O Conselho de Administração da
Sociedade Gestora**

Miguel Pereira

DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

SS&A – Sousa Santos & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Av. António Augusto de Aguiar nº 108, 8º Esq.
1050 – 019 Lisboa

Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2007

Lisboa, 28 de Março de 2008

Exmos. Senhores

Pela presente confirmamos os seguintes elementos e informações que, na medida do nosso conhecimento e convicção, vos facultámos no decurso do vosso exame da informação financeira da FIBEIRA FUNDOS – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA. ("Empresa") referente ao ano findo em 31 de Dezembro de 2007 a qual evidencia um total de balanço de 482.537 euros e um resultado líquido de 65.698 euros.

1 Consideramos ser responsabilidade da Administração fazer com que as demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas, representem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da Empresa, os resultados da sua actividade e as alterações verificadas na posição financeira, em conformidade com os princípios contabilísticos e outras disposições e práticas geralmente aceites em Portugal bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detectar eventuais erros ou irregularidades e salvaguardar o património da Empresa.

2 Não é nossa intenção apresentar as demonstrações financeiras da Empresa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, e a Certificação Legal das Contas, na página da Internet do Grupo, ou distribuir as mesmas por via electrónica (e-mail).

3 Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2007 que justifiquem ajustamentos ou divulgação nas demonstrações financeiras da Empresa relativas ao exercício então findo, que afectem as situações e/ou informações nas mesmas reveladas, ou ainda que, embora não afectando aquelas demonstrações financeiras, situações ou informações, tenham

Handwritten signature and initials.

alterado ou se espere que venham a alterar de forma significativa, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira da Empresa, os seus resultados e/ou as suas actividades.

4 Foram-vos facultados os livros de actas das reuniões dos órgãos sociais da Empresa com reflexos nas contas e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos sociais em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respectivas actas, bem como todos os livros e registos contabilísticos e financeiros existentes e respectiva documentação.

5 Não temos conhecimento de quaisquer contas, transacções ou acordos importantes que não tenham sido adequadamente reproduzidos e integrados nos livros e registos financeiros e contabilísticos que serviram de base à elaboração das demonstrações financeiras, nem de quaisquer transacções que tenham sido conduzidas em moldes que se afastem dos procedimentos aceitáveis em termos legais, comerciais ou éticos ou das condições correntes de mercado no tocante à normal e razoável formação dos preços.

6 Consideramos que as estimativas que suportam o reconhecimento dos impostos diferidos activos são razoáveis, sendo convicção da administração que é provável a recuperabilidade dos prejuízos fiscais subjacentes a tais activos.

7 Não temos conhecimento de (a) quaisquer irregularidades envolvendo gestores e/ou empregados que desempenhem funções de relevo no nosso sistema de controlo interno contabilístico, ou (b) de quaisquer irregularidades ou eventuais violações das leis ou normas legais em vigor, cujos efeitos devessem ter sido evidenciados nas demonstrações financeiras ou servido de base à criação de provisões ou ao registo de prejuízos contingentes. A empresa cumpriu as obrigações derivadas de contratos e de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

8 Confirmamos que procedemos a uma avaliação do risco das demonstrações financeiras conterem distorções materiais em resultado de fraude e acreditamos que o risco é baixo. Não temos conhecimento de qualquer fraude, alegações de fraude ou suspeita de fraude que afecte a Empresa, envolvendo a administração e empregados que desempenhem um papel significativo no controlo interno ou quaisquer outros onde a fraude pudesse ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras. Não temos conhecimento de qualquer fraude, alegações de fraude ou suspeita de fraude que afectem as demonstrações financeiras e que tenham sido comunicadas por empregados, ex-empregados, analistas, reguladores ou outros.

9 Confirmamos que, para efeitos da prevenção e investigação de branqueamento de capitais, dispomos de um sistema de controlo interno adequado e os nossos empregados encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria. Até à presente data não ocorreram situações que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.



10 A Empresa é titular de todos os bens que integram o seu activo e todos eles estão isentos de quaisquer ónus ou encargos, excepto nas situações divulgadas no anexo ao balanço e demonstração dos resultados.

11 Todo o passivo da Empresa de que temos conhecimento está incluído nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007. Fizemos uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, responsabilidades contingentes, acções judiciais, situações fiscais por regularizar e eventuais reclamações e/ou casos litigiosos, tendo concluído que são adequadas as provisões existentes para lhes fazer face bem como os respectivos elementos informativos constantes das demonstrações financeiras.


12 Confirmamos que a Empresa (i) não entrou em acordos com instituições financeiras envolvendo a compensação de saldos, ou outros acordos limitativos da disponibilidade dos valores em caixa e em bancos ou de linhas de crédito, ou ainda outros acordos similares, (ii) não entrou em acordos visando a posterior reacquisição de bens vendidos até à data do balanço, (iii) não entrou em acordos que não se integrem no curso e objectivos normais da actividade da Empresa e (iv) não prestou garantias verbais e outros contratos tais como compromissos resultantes de contratos de futuros ou outros derivados que sejam realizados para outros efeitos que não o de cobertura de risco.

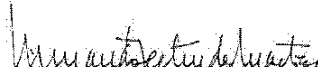
13 É completa a informação que foi prestada sobre a identificação das partes relacionadas e sobre os respectivos saldos e transacções.

14 Não temos projectos ou intenções que de uma forma significativa possam afectar os saldos ou a classificação de activos ou passivos constantes das demonstrações financeiras. Confirmamos que a firma tem capacidade para continuar a deter os investimentos com características de longo prazo.

15 Não temos projectos ou intenções de acções que possam pôr em causa a continuidade das operações Empresa.

Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos


O responsável pela Contabilidade


O Conselho de Administração

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da FIBEIRA FUNDOS - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 482.537 euros e um total de capital próprio de 442.184 euros, incluindo um resultado líquido de 65.698 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Accountants &
business advisers

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da FIBEIRA FUNDOS - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. em 31 de Dezembro de 2007, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 28 de Março de 2008

SOUSA SANTOS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804)

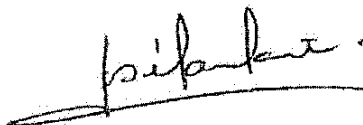
FIBEIRA FUNDOS - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. No desempenho das funções que nos estão legalmente confiadas e de harmonia com o mandato que nos foi atribuído, acompanhámos a actividade da FIBEIRA FUNDOS - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. durante o exercício de 2007 e procedemos às verificações que julgámos convenientes, nomeadamente no que respeita à escrituração dos livros, registos contabilísticos e documentação de suporte, tendo obtido sempre, quer da Administração quer dos serviços, os esclarecimentos solicitados.
2. Acompanhámos a actividade da Sociedade durante o exercício, nomeadamente em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais. No final do exercício examinámos os documentos de prestação de contas e o Relatório de Gestão do Conselho de Administração que, excepto quanto ao referido no parágrafo seguinte, se encontra elaborado em obediência aos requisitos legais e em conformidade com os referidos documentos de prestação de contas. Em consequência do exame efectuado, emitimos nesta data a respectiva Certificação Legal das Contas, na modalidade de opinião sem reservas.
3. A proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão do Conselho de Administração não cumpre o disposto no nº 1 artigo 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aplicável por remissão do nº 1 do artigo 196º do mesmo diploma.
4. Face ao exposto e excepto quanto ao referido no parágrafo anterior, não tomámos conhecimento de violação da Lei e dos Estatutos e somos do parecer que estão em condições de ser aprovados pela Assembleia Geral Anual:
 - a) O Relatório de Gestão do Conselho de Administração, bem como as contas por este apresentadas, relativos ao exercício de 2007;
 - b) A proposta do Conselho de Administração quanto à aplicação dos resultados.

Lisboa, 28 de Março de 2008

O Fiscal Único



SOUSA SANTOS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804)

Direct tel +351 213 300 979 | Mobile +351 961 696 546
Direct fax +351 213 140 164 | Email ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt
PKF | Av. António Augusto de Aguiar 108 - 5º | Lisboa | 1050-019 | Portugal

Contribuinte nº 504 046 683
Inscrita na OROC sob o nº 152 e na CMVM sob o nº 9005
A PKF International Association é uma associação de firmas legalmente independentes.